

A catástrofe do Japão: reflexões para o Brasil e Piracicaba

Ainda consternado com os acontecimentos dos últimos dias, fazendo-nos lembrar da terra dos nossos ancestrais, muitos pensamentos nos vieram à mente, repassando toda a nossa vida aqui no Brasil, onde meus avós resolveram escolher como o país para viver. Devo dizer que, já revelando a minha idade, nasci logo após as bombas de Hiroshima e Nagasaki, o que os acontecimentos atuais fazem com que o Brasil repense a sua política ambiental, principalmente a energética, e mais especificamente a nuclear. Sem esquecer, sem dúvida que estamos nos referindo não aos fenômenos naturais do terremoto e tsunami, mas sim aos cuidados com o uso de tecnologias complexas e perigosas.

Na Convenção da Biodiversidade das Nações Unidas (CDB), da qual o Brasil é signatário, existem vários princípios importantes, sendo que o da “precaução”, sem dúvida é um dos principais, sendo que vem sendo cada vez mais essencial para que os mandatários de políticas públicas devam respeitar até religiosamente. Quando diretor do MMA (Ministério do Meio Ambiente), participei de várias Conferências da CDB (COPs), nas quais constatei como este princípio, que advoga que, na ausência de plena segurança das tecnolo-

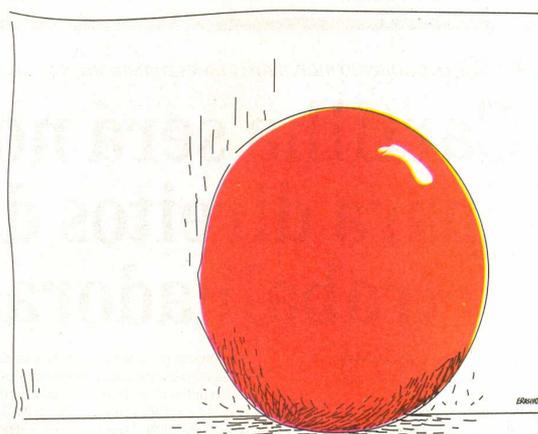
gias, a população deveria estar em primeiro lugar. Estando na universidade Esalq/Usp (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz / Universidade de São Paulo), supostamente berço da ciência e tecnologia, sempre nos deparamos com este dilema: até que ponto as novas tecnologias são boas; para quem e para quem?

Por outro lado, moro defronte ao nosso rio Piracicaba, por escolha preferencial, já que para mim é o símbolo da cidade que escolhi para viver e trabalhar, tendo acompanhado toda a história de degradação e tentativa de recuperação desse nosso belo rio. Certamente, não é só a degradação do rio que tem provocado enchentes cada vez mais frequentes e desastrosas, já que é em conjunto com os pequenos rios que estão nas suas cabeceiras, associados com intervenções humanas, com uma paisagem dominada por uma imensidão de monocultivo de cana e uma cobertura florestal natural de menos de 2%, que essas catástrofes ocorrem. É uma outra convenção das Nações Unidas: a das Mudanças Climáticas, que aponta que somos nós — os humanos — os responsáveis pelo aquecimento global, por meio do desmatamento e uso inadequado do solo. Esses impactos provocam reações da natureza, cujos riscos se voltam con-

tra a população, enfatizando que são sempre os menos favorecidos os que sofrem muito mais.

São, portanto, essas duas convenções das Nações Unidas — da Biodiversidade e Mudanças Climáticas — que apontam os principais impactos que o nosso planeta vem sofrendo, exigindo que a precaução na nossa ciência e tecnologia seja não só um princípio, mas um dogma para nossa ética em favor da sociedade e do planeta. O pensar global, agir local, sempre foi apropriado e cada vez mais tem sentido em nossas atuações como cidadãos e como habitantes desse mundo que vem pedindo socorro. Da mesma forma, a frase famosa para empurrar as pessoas a agirem: “Cada um deve fazer a sua parte”, deve ser lembrada, mas melhorando-a para: “Devemos, sim, mas em conjunto, trabalhar para o bem comum de nosso planeta”.

A luta no plano mais global, por exemplo, contra o desmatamento da Amazônia e do Cerrado, e da mesma forma no nível mais local defender as nossas matas ciliares e nossa reserva legal, que têm sido amplamente debatidas nesses últimos tempos, fazem parte das políticas públicas que devemos defender para nossa localidade e para o país. O que se quer enfatizar é que a questão ambiental não é uma perfumaria, mas



sim uma realidade que veio para ficar em todos os níveis, pois têm implicações para todos nós e para o planeta que queremos que sobreviva para as futuras gerações. Dessa forma, que as últimas catástrofes sirvam não só para que nos condoamos para com os que vêm sofren-

do esses impactos, mas também para que pensem nas políticas públicas que devemos defender para nossos cidadãos.

PAULO KAGEYAMA é professor titular da Esalq e ex-diretor de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente

PAULO KAGEYAMA

